

HISTORIOGRAFIA

A história e os historiadores do *Ancien Régime*

Marcos Antônio Lopes/ Unioeste

I- Os *espelhos de príncipes*: um velho gênero para uma nova história das idéias políticas

Como na Idade Média, no *Grand Siècle* o político continua a se manter sobre um modelo religioso. Entretanto, as novas circunstâncias históricas fizeram inverter e até apagar completamente certos valores dos velhos espelhos de príncipes. Desde a Antigüidade Clássica que se conheceu no Ocidente uma literatura voltada para a formação moral dos homens de Estado. Na Idade Média os espelhos de príncipes mantêm esta tradição. Produzidos por clérigos, dedicam-se a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, reis e imperadores. De acordo com François Bluche,

A Idade Média adorava compor estes manuais éticos e políticos, logo denominados *Songe* ou *Miroir du prince*. Detalha-se aí as virtudes, mas também os deveres do príncipe ideal. (...) No século 17 este gênero não existe verdadeiramente. (...) Mas as Histórias da França, eruditas ou populares, desenharam a 'imagem do rei', de Pharamond o chefe mítico a Luís 13 o Justo, mostrando implicitamente também o que se espera de Luís 14, aquilo que se admira nele. (BLUCHE, 1986: 261).

É exatamente o que faz certos autores, e podemos perceber na literatura política do século 17 um Luís 14 por ele mesmo, ou seja, o que o Grande Rei acha que se deve esperar da realeza. Certamente que não no espírito da Idade Média, o que seria um perfeito anacronismo. Dessa forma, não foram somente as obras de História que se ocupam do ideal ético da realeza, mas quase todos os textos de natureza política, e até mesmo em obras não explicitamente dessa natureza, como um sem número de Memórias entre as quais destaca-se os escritos de Madame de Sévigné. Assim

sendo, não se cometeria grande ousadia em afirmar que a figura do príncipe cristão absorve a literatura do Ancien Régime.

A Época Moderna, à sua maneira, deu seqüência a este tipo de literatura política. No século 17, muitos escritores políticos, defensores do absolutismo, se ocuparam em traçar normas para guiar os governantes pela via da prudência, justiça, caridade e sabedoria, entre tantas outras virtudes de um extenso catálogo. Mas o fizeram por meio de exortações bem menos diretas e doutrinárias, pelo emprego de um método discursivo claramente mais teórico e abstrato, até porque a realeza no século 17 tende a sobrepor-se a todos, numa espécie de isolamento simbólico cuja expressão mais complexa foi alcançada com Luís 14. Ao dirigir-se ao soberano absoluto, foi preciso modular a ênfase das exortações. Acerca desse aspecto Robert Muchembled se pergunta:

A força principal do absolutismo não está no fato de fundar o consenso social sobre a qualidade sagrada e inacessível do príncipe, que não é possível somente admirar, como se adora a divindade, sob pena de ser lançado para a periferia dessa verdadeira cidade de Deus sobre a terra? Se revoltar é pura e simplesmente cometer um crime de lesa-majestade, reunindo as cortes demoníacas em rebelião contra o criador. (MUCHEMBLED, 1994, pp. 127).

De todo modo, os espelhos de príncipes modernos, apesar de incorporarem elementos novos, mantiveram-se como uma espécie de catecismo real, trazendo as normas para administrar o Estado, segundo as virtudes cristãs. Tais textos modelam a imagem tradicional do príncipe, esboçada desde a Baixa Idade Média e embelezada pelas gerações posteriores, constituindo-se numa espécie de catálogo das virtudes convenientes a uma autoridade cristã, comumente usado como obra pedagógica para a edificação da realeza. O príncipe cristão na França Moderna, para alguns autores, se aproxima mais da perfeição por assumir posturas cada vez mais políticas, para outros, por observar valores morais em sua conduta. Na Idade Média francesa, a idéia do príncipe perfeito esteve intimamente ligada à piedade e à contrição.

Mas, foi a partir de meados do século 17 que se assistiu ao máximo desenvolvimento do Estado absolutista na França; em seguida, e talvez por aderência a este dado, por se referir o século 17 francês a um período de intensa propaganda monárquica,

pela proliferação de um autêntico “dilúvio de literatura política” (PRÉLOT, 1974), que com alta densidade metafórica retrata a realeza sagrada do Ancien Régime em suas estruturas simbólicas mais significativas, fazendo com que as grandes cerimônias do Estado monárquico atingissem seu máximo desenvolvimento e complexidade por esta época.

Richelieu, Luís 14, La Bruyère e Bossuet abordam temas políticos muito semelhantes, mas não ao ponto de constituírem uma corrente de pensamento, uma vez que exprimem idéias bem contraditórias sobre um mesmo aspecto. A realeza está no centro do discurso político, mas apesar do grande investimento na figura do príncipe, não se verifica uma unidade de sentido a seu respeito. Não se pode negar que a tradição teórica do absolutismo, tanto nos grandes quanto nos autores menores, esteve ligada à realeza.

Entretanto, o que se verifica é um emaranhado de imagens em que o tradicional “catálogo” de virtudes e vícios da realeza, varia sensivelmente de autor para autor. Na Baixa Idade Média houve uma teoria homogênea sobre a realeza, época em que a esfera política se equilibrava exclusivamente sobre uma plataforma religiosa. Uma realeza “evangelicamente correta” nesse período bastava para garantir o assentimento unânime sobre si mesma. Como afirma Jacques Le Goff, o equilíbrio medieval, a interdependência das três ordens, só pode ser garantida pela presença real, por sua mística ubiqüidade (LE GOFF, 1980).

O fato é que não há um enfoque unívoco sobre a realeza no século 17 e Fénelon e Bossuet, homens de um mesmo círculo, exprimem idéias amplamente contraditórias sobre o mesmo tema. Nos *Discours sur l'Histoire Universelle* e na *Politique tirée des propres paroles de l'Ecriture Sainte* Bossuet traçou o retrato ideal do soberano. Segundo Jacques Le Brun, a figura de Luís 14 exerceu um império absoluto sobre o Bispo de Meaux, que nunca lhe dirigiu uma admoestação severa. Refletindo sobre o dilema luiscatorziano, pendente entre a glória pessoal e a “salvação pública”, Fénelon era capaz de críticas desconcertantes. Numa carta dirigida ao Rei ele adverte: “Esta glória, que endurece vosso coração, vos é mais cara que a justiça, que vosso próprio repouso, que a conservação de seu povo que perece todos os dias de doenças causadas pela fome, enfim que vossa salvação eterna é incompatível com este ídolo de glória” (cit. IN: ROGER, 1962: 261).

Como demonstram vários autores, os *miroir des princes* são um dos gêneros dominantes na cultura política da segunda metade

do século 17 (cf. MOUSNIER, 1972; TRUC, 1947; FERRIER-CAVERIVIÈRE, 1981). Salvaguardando certas nuances, não me parece arriscado falar de espelhos de príncipes do século 17, principalmente porque o domínio da moralidade real é uma coordenada ainda muito importante no período. Como se refere Michel Tyvaert,

numerosos foram, na Idade Média, os *miroir des princes* encarregados de lembrar aos soberanos a prática de algumas altas virtudes. Se as obras de um Erasmo ou de um Pierre Nicole são, nos tempos modernos, as herdeiras diretas deste gênero literário, as histórias de França [do século 17] tomam igualmente parte nesta herança. Elas também pretendem dar lições de moral a seus leitores, e muito particularmente ao primeiro dentre eles, o rei. Elas lhe propõem como exemplo a conduta de seus predecessores sobre o trono, e certamente vão até o ponto de precisar as qualidades e defeitos de cada um ao fim da narrativa que lhe é consagrada. (TYVAERT, 1974: 531).

Para Georges Durant, a literatura do século 17 apresenta duas tendências convergentes: as tentativas de uma quase total divinização do soberano — “Vós sois Deus na terra”, afirmava Bossuet —, e o desejo de guiar-lhe os passos por meio de lições exemplares de conduta, no exercício do *métier royal* (DURAND, 1969). A realeza é como o “astro do dia” da literatura política, a todo tempo empenhada em traçar uma pedagogia real.

Os autores do século 17 acima referenciados enquadram-se num mesmo *ethos*, ou seja, no espírito político do “*Grand Siècle*”, que Nicole Ferrier-Caverivière classificou em três vertentes: a “corrente crítica”, da qual são expoentes Fénelon e La Bruyère, e que desfere alguns ataques frontais à realeza solar; a linhagem “frêmito do coração”, que esteve marcada por um devotamento sincero ao monarca, com o autêntico desejo de reformar sua índole heróica e guerreira; e, por fim, a “literatura encomiástica” dos turiferários da Academia Francesa, que, por meio de “homenagens obrigadas”, exalta a imagem real até ao artifício e ao exagero (cf. FERRIER-CAVERIVIÈRE, 1981). Acerca dessas célebres homenagens, Voltaire desperta o riso ao defini-las no tempo de Luís 14. Fazendo o discurso sair da boca de um refinado personagem inglês, perplexo diante da encenação, ele observa:

Tudo que enxergo nesses discursos é que o novo membro, tendo assegurado que seu predecessor era um grande homem, que o cardeal Richelieu era um muito grande homem, que o chanceler Séguier era um bastante grande homem, que Luís 14 era ainda mais do que um muito grande homem e, que ele, diretor, não deixa de ter parte nisso. (VOLTAIRE, 1978: 44).

As dimensões religiosas do absolutismo monárquico, os seus aspectos teológico-políticos dificilmente são expostos por historiadores das idéias políticas; tais aspectos não correspondem muito bem a um certo caráter pragmático, recorrente na obra da maioria dos especialistas da área, pelo menos até época bem recente. Desse modo, estudam-se os pensadores políticos quase exclusivamente em função de suas contribuições em torno de problemas que estão sendo vivenciados. Os programas universitários, em História das Idéias Políticas, são montados a partir das grandes expressões do pensamento político secularizado do século 16.

Formulações do tipo “tudo começou com Maquiavel” ou “a política de Maquiavel a nossos dias” muitas vezes excluem textos políticos encobertos por um discurso teológico-religioso muito marcante em autores bem posteriores a Maquiavel. Se Maquiavel e Hobbes operaram um verdadeiro curto-circuito no domínio das idéias políticas, queimando os fios da tradição pelo afastamento das nuvens da transcendência, que por tão longo tempo obscureceram o território do político, não cabe mais buscar apenas suas ressonâncias pelo futuro, os seus elementos intemporais.

No campo da História das Idéias, esta é hoje uma atitude metodologicamente anacrônica. Com certeza, um ótimo representante da nova História das Idéias é o historiador de Cambridge, Quentin Skinner. Abandonando o modelo tradicional das grandes obras e das grandes correntes de pensamento político, Skinner desce ao leito largo das diversas tendências, dos autores menores e esquecidos, dos trabalhos considerados contemporaneamente como fruto de pensadores “datados”, integrando, compreendendo e valorizando seus textos segundo o peso que tinham em seus respectivos contextos (SKINNER, 1985).

Como se refere Michel Winock, a História das Idéias da Época Moderna não pode ser mais concebida simplesmente como “a

marcha dos Estados Modernos ao absolutismo monárquico”, na qual só têm assento os grandes nomes (WINOCK, IN: RÉMOND, 1988: 236). Nesse velho departamento da História Política, que de vinte anos para cá passou da pura História da Filosofia à uma História das mentalidades políticas, é preciso inserir também os autores menores que sequer foram notados em seu próprio tempo, acentuando os valores intrínsecos da obra no contexto de sua produção sem a obsessiva preocupação em ouvir os seus ecos na posteridade, numa espécie de “teleomania”; este é um dos pecados de muitos professores de teoria política, como se um Hobbes ou um Maquiavel fossem meramente futurologistas, que não tenham se preocupado e tentado responder em seus textos aos problemas colocados pelo presente vivido, como se um Locke ou um Rousseau, ao pararem para pensar em suas teorias políticas, refletissem: o que é que eu vou escrever agora para fundir os neurônios da posteridade? A este respeito Raoul Girardet afirma que

o estudo do que se designa habitualmente pelo termo ambíguo de História das Idéias Políticas não cessou de suscitar, e há várias gerações, obras belas e fortes. (...) [Entretanto], com algumas exceções, e essas exceções são recentes, todas tendem a restringir sua exploração ao domínio exclusivo do pensamento organizado. (...) no final das contas a análise se acha sempre, ou quase sempre, reduzida ao exame de certo número de obras teóricas, obras classificadas em função do que a tradição lhes atribui em valor de intemporalidade... Tudo o que escapa às formulações demonstrativas, tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra... (GIRARDET, 1987, pp. 09-10).

Analogamente, John G. Gunnell adverte:

Enquanto a atitude histórica trata o passado como um objeto intrinsecamente digno de investigação, a atitude prática mostra interesse pelo passado em relação com o presente. (...) Enquanto a atitude histórica é a de produzir um relato concreto do passado, a atitude prática tende a tratar o passado em termos derivados do presente, em ler os eventos em sentido contrário, em compreender o passado em relação com o presente, em selecionar o que é

relevante para discutir problemas contemporâneos, para justificar e condenar. (GUNNEL, 1981: 21).

Correndo o risco de parecer a própria voz da vanguarda, não se trata mais certamente de fazer uma História das Idéias Políticas no estilo dos "*grands doctinaires*", como criticou asperamente Marc Bloch, para acentuar o desinteresse de Bossuet pelo toque taumatúrgico da realeza. Trata-se de revisitar as idéias políticas de Bossuet e seus contemporâneos, não apenas em suas relações com o Estado monárquico, mas em suas confidências com as crenças religiosas, as doutrinas científicas e os mitos populares. Em síntese, em suas confluências com o espírito social, em sentido lato. Como aponta Jean Touchard, "Uma idéia política tem uma certa espessura, um certo peso social" (TOUCHARD, 1970: 03, vol. 01).

Dessa forma, procura-se não confundir o domínio da teoria política com o campo mais amplo, e talvez mais fecundo, da História das Idéias Políticas. De fato, do ponto de vista da metodologia, as idéias políticas foram concebidas durante muito tempo como conjuntos genéricos de pensamento, como doutrinas completas em forma de sistema filosófico fechado. Sem desconsiderar a importância de um conhecimento mais aprofundado das doutrinas políticas, a História das Idéias Políticas é pensada hoje de maneira bem diferente, esforçando-se por integrar as "doutrinas", os "sistemas filosóficos" dos grandes autores ao complexo de crenças políticas comum também a seus contemporâneos não eruditos, "Daí a proposta de uma história social das idéias, tomando por objecto o seu enraizamento e circulação", lembra Roger Chartier (CHARTIER, 1990: 48). Tal é o caso da crença generalizada, nos séculos 16 e 17, na natureza diabólica das práticas mágicas, aquela histeria social que Norman Cohn rotulou elegantemente de "os demônios internos da Europa" (COHN, 1975).

Ao mesmo tempo que uma estratégia consciente de luta aberta do Estado absolutista, que dessa forma inventa a marginalidade no Ocidente, o fenômeno da caça às bruxas enraizou-se profundamente entre as elites, o que Robert Muchembled chama de "a ausência do sentido do impossível", só muito lentamente desenvolvido a partir dos progressos do racionalismo científico. Como reflete Georges Bouthoul, "Toda mentalidade constitui, no conjunto e na média dos casos, um edifício lógico cujas peças se suportam reciprocamente e se encadeiam entre si por relações de crença. As mentalidades são compostos psicológicos

extremamente estáveis. Não se pode mudar à vontade, mesmo sob coação. Se nos separarmos de nosso meio social, como Robinson Crusoe, nossa mentalidade nos permanecerá fiel” (BOUTHOU, 1967). Torna-se então compreensível como um humanista do porte de um Jean Bodin, que transita com fantástica erudição da filosofia à economia, não somente pôde acreditar em feitiçarias e malefícios, mas indo ao ponto de escrever obras de combate a esse respeito.

O enfoque teológico-religioso do mundo se apresenta como um traço importante entre os escritores políticos do Antigo Regime. Segundo Cardin Le Bret, teórico do poder real, a marca da realeza é a de não depender senão de Deus. O direito divino isola a realeza numa espécie de empíreo da história, anulando a velha teoria medieval do poder ascendente: a soberania vinda de Deus para o povo, e deste para os reis. Na Época Moderna a teoria descendente do poder reina absoluta, ficando interdita qualquer intermediação popular na esfera da soberania. A crise de insegurança dos séculos 16 e 17 ajudou a definir uma formatação cultural submissa a um sistema hierárquico cujo centro vital é o príncipe, o único elemento capaz de dissipar as trevas da desordem e colocar o reino na rota da paz e da prosperidade.

Num trabalho de História das Idéias, cujos dados empíricos são textos políticos, a análise deve centrar-se sobre uma multiplicidade de discursos. Mas, como recorda um especialista em história do século 17, Pierre Goubert, é sempre necessário ter em mente que estas fontes “exprimem antes de tudo seus autores, o clima sócio-econômico-intelectual, etc... no qual eles nasceram, tradições geralmente muito antigas, esquemas, mitos velhos de vários séculos (...); é bom saber que uma grande parte das idéias ou dos princípios propagados [no Antigo Regime] eram fórmulas que se arrastavam desde Santo Tomás, senão desde períodos mais antigos” (GOUBERT, cit. por DUCCINI, IN: MÉCHOULAN, 1985: 371).

Com efeito, a realeza francesa se inscreve na história mítica de um povo, cujo grande marco é a sagração de seus reis, através de uma intervenção providencial. Esta relação privilegiada com o celeste, que fez da realeza francesa um arquétipo entre as demais realezas européias, está na base de um imaginário político de tipo cosmológico, definido pela crença numa hierarquia celeste e terrena, rompido no Ocidente Moderno apenas com os desdobramentos da Revolução Científica do século 17. De fato, a realeza sagrada como centro da narrativa atravessou mil anos de história para atingir o século 17 de forma magnífica.

II- Aspectos da história na Europa absolutista

A História do Estado monárquico na França possui uma longa tradição e suas raízes mais profundas podem ser alcançadas no longínquo século 13 com as *Grandes Crônicas de França*, narrada em francês antigo pelos monges de Saint-Denis desde 1274, sob os auspícios dos reis capetíngios. A historiografia francesa, desde suas origens medievais, sempre celebrou a monarquia. As Grandes Crônicas de França, primeiro modelo de história nacional do reino, constituem-se na base da propaganda monárquica dos capetíngios diretos.

Entrelaçada à monarquia, e por extensão à incipiente idéia de Estado, as Grandes Crônicas de França ajudam a fixar e a definir o projeto de uma Europa plural. As diversas crônicas nacionais surgidas em outras monarquias européias no mesmo período lançam os primeiros esteios de identidade nacional. Conforme notou Charles-Olivier Carbonell, “com a elaboração destas memórias diversas, a Europa cristã consolida a morte da cristandade. À idade da fé sucede, em história, a idade da razão - a do sábio e a do Estado” (CARBONELL, 1987: 66). A história das estruturas políticas do Antigo Regime e o processo de construção do Estado francês integram esta tradição, constituindo-se em temas recorrentes de uma verdadeira avalanche de literatura política e histórica, que se acumula com traços mais nítidos desde o século 16.

Em um curioso e ousado livro sobre as origens do pensamento histórico no Ocidente moderno, George Huppert tentou demonstrar de que forma, e por quais vias, na segunda metade do século 16, puxou-se os primeiros fios do velho e empoeirado tecido da história pedagógica, no padrão *espelhos de príncipes e Magistra vitae* da Baixa Idade Média. Para G. Huppert, os eruditos da Renascença francesa, influenciados pelas novas orientações surgidas na Itália no domínio da pesquisa histórica, acabaram por fundar um novo paradigma historiográfico (cf. HUPPERT, 1973).

Assim, no círculo de juristas e humanistas franceses do século 16, praticamente todas as idéias familiares à historiografia contemporânea, nos moldes teórico-metodológicos do século 19, já se encontrariam presentes, ocupando uma posição central nas preocupações dos eruditos à época das Guerras de Religião: “é impossível dizer que a historiografia nasceu da descoberta da crítica histórica no século 19, pois esta era coisa antiga”

(HUPPERT, 1973: 09). No mesmo sentido, Georges Lefebvre afirmou que “nesse terreno, a França foi a iniciadora. A erudição francesa do século 16 foi, com efeito, um bosquejo da erudição do século 19” (LEFEBVRE, 1974: 86).

É certo que Huppert tenha acentuado demasiadamente esse caráter modernizante, ou melhor, inovador da historiografia francesa do século 16. Entre outros fatores porque a Renascença francesa também sofreu o impacto de ressurgências do lendário e do maravilhoso proporcionadas pela expansão européia. Na França do período, produziram-se inúmeros compêndios, narrando fatos extraordinários num verdadeiro desfile de enciclopédias do fantástico, para usar uma metáfora voltaireana. Na reflexão de Charles-Olivier Carbonell, “seria uma ingenuidade perigosa considerar a historiografia dos humanistas, ainda que bastante diversificada, sob o ângulo exclusivo do progresso. Arcaísmo e conformismo caracterizam muitas vezes uma produção, cuja modernidade não se deve exagerar” (CARBONELL, 1987: 78).

Nesse período, a distinção entre fontes primárias e de segunda mão tornou-se pela primeira vez um dado preciso entre os eruditos franceses do século 16. Dessa maneira, a crítica histórica “forçava” ou “empurrava” à novas abordagens. A etiqueta *histoire nouvelle*, então empregada pelos historiadores da Renascença francesa para expressar uma maneira diferente de conceber a História e manifestar uma nova liberdade de espírito, reflete uma radical emancipação do tradicional esquema cristão de se escrever a História.

A clara consciência de um alargamento das possibilidades da História, trabalhada em novos termos temáticos e metodológicos, levou os eruditos a pensar no advento de uma *História Perfeita*, de uma *Histoire accomplie*. Nesse meio intelectual, a História deixou de ser, durante mais ou menos meio século, simples literatura encomiástica ou “romance dos reis” (CHARTIER, IN: ARIÈS, 1989: 25), elevando-se à condição de disciplina rigorosa, fundada na pesquisa empírica e na crítica bem cuidada das fontes: “forjam-se então na época os utensílios da erudição e organizam-se os laboratórios da História” (CARBONELL, 1987: 83).

A *Histoire Nouvelle* do século 16 inova pela amplificação da perspectiva e pela metodologia de trabalho. Paralelamente ao projeto de uma História “total”, no sentido de abarcar uma história universal, muito além das *Grandes Crônicas de França*, os historiadores novos da renascença francesa pretenderam se

orientar por uma rigorosa crítica documental. A *História Perfeita* do século 16, herdeira direta do humanismo crítico italiano, alimentou a pretensão da ousadia, acabando por ousar de maneira completa. Representa sem dúvida um ponto de mutação importante ao virar as costas para esquemas historiográficos muito celebrados, como a crônica patriótica, fundada em mitos políticos antigos, e a história dos reis cristianíssimos e suas virtudes heróicas, à moda das *Grandes Crônicas*.

Apoiada em fontes escritas, e renegando a tutela teológica que acompanhou a História desde Gregório de Tours (*História dos Francos*) no século 6, a "*História Perfeita*" nutriu a ilusão de que a razão empregada ao estudo do passado havia alcançado a verdade plena. A exploração do mítico e do lendário se eclipsara por um breve momento na tradição historiográfica do Ocidente. Etienne Pasquier, autor de uma *Recherches de l'Histoire de la France* em 1560, talvez seja o modelo mais acabado das novas tendências nos estudos históricos. Jurista e deputado dos Estados Gerais de Blois, Pasquier escreve suas *Pesquisas* sob a turbulência das Guerras de Religião. A primeira edição fora retomada e aumentada por várias vezes. Para Pierre Chaunu, as contribuições que fizeram dele o príncipe dos historiadores eruditos da Renascença Francesa se relacionam à nova luz que lança sobre o método de pesquisa: a valorização do francês como idioma erudito auxiliar, da mesma importância que o latim para desvendar outras dimensões da história da França que não a das elites cultas.

Além do novo apoio lingüístico, outra originalidade de Pasquier é o emprego de fontes literárias da Antigüidade clássica. Dessa forma, mitos antigos e já sedimentados pelas velhas crônicas, como a origem troiana dos franceses, foram destrocados por ele. Na leitura do *Das guerras nas Gálias* de César, Pasquier descobre o passado da França não nos filhos de Enéas ou no lendário Pharamond, mas em Vercingetorix e as tribos gaulesas da Auvérnia antiga, antes da própria era cristã (cf. CHAUNU, 1976 e HUPPERT, 1973). Apesar de suas contribuições inovadoras no domínio do trabalho intelectual, nem mesmo Pasquier conseguiu escapar à condição de súdito fiel dos últimos Valois e não demorou muito a se converter num valoroso partidário de Henrique IV, o que coloca sua História numa relação de estreita proximidade com o poder real.

Com efeito, na Época Moderna, "a História está historicamente ligada à construção do Estado" (Pierre Chaunu). Até mesmo a História dos humanistas do século 16, porque o meio togado

também se ocupou em levar a sua pedra ao edifício do Estado monárquico, cuja principal ferramenta era a formação jurídica, aliás, utilizada conscientemente pelos reis desde os séculos 12 e 13, para reforçar suas prerrogativas de comando diante da Igreja e do Império. Entretanto, é preciso considerar que, apesar de suas relações com o centro do poder, a *História Perfeita* não se confunde mais pura e simplesmente com a monarquia. É nesse sentido que ela representa um elo rompido na cadeia da ficção épica dos historiadores-mitógrafos da Idade Média e do *Ancien Régime*.

Apesar de suas inovações, é necessário apreender a *Histoire Nouvelle* do século 16 como um movimento de superfície, como um pequeno foco de fissura na complicada tapeçaria literária do Antigo Regime, conservadora de inúmeros temas e estilos muito antigos datando de vários séculos. De fato, o projeto de uma *História Perfeita*, fundada principalmente na pesquisa empírica, e numa relação reflexiva com sua documentação, não conseguiu abrir caminho por muito tempo, para conquistar sua hegemonia sobre outros estilos de se escrever História. Empenhada na consolidação do poder real, por meio da sólida formação jurídica de seus representantes, o original e ambicioso projeto de uma *História Nova* acabou por se revelar estéril, não produzindo eco no século 17. Para Pierre Chaunu, “a História na França alcançou, no fim do século 16, na grande paixão das Guerras Religiosas, um ponto de perfeição que não poderia manter por muito tempo.(...) O século 17, apesar de alguns empenhos individuais, apesar do trabalho obscuro de elaboração dos estudos de base da erudição eclesiástica, assinala uma parada na escalada historicista” (CHAUNU, 1976, pp.56-57).

No contexto da Contra-Reforma, no que se refere ao campo da História, verifica-se o fenômeno que Pierre Chaunu denomina de “parêntese cartesiano”. Dessa forma, este autor destaca a razão anti-historicista da revolução cartesiana: ao matematizar o universo e a natureza, Descartes acabou por levar a um profundo desprestígio da História, disciplina muito pouco rigorosa para alimentar a pretensão de explicar os princípios que regem a humanidade.

Certamente, as pesquisas dos eruditos franceses da segunda metade do século 16 refletem uma pálida imagem, formam um pequeno embrião que não pôde encontrar campo fértil para medrar. Para Roger Chartier, sob o aspecto historiográfico, o século 17 é o “indício de uma aliança desfeita” entre um novo

questionário e uma nova crítica, ou seja, o projeto de uma História mais ampla escrita em bases mais rigorosas (CHARTIER, IN: ARIÈS, 1989).

A Idade Clássica, cuja periodização tradicional circunscreve a Europa monárquica dos anos 1630-1760, não foi um bom tempo para a História. Como notou Georges Lefebvre, a historiografia francesa do século 17 retrocede pelo ímpeto da Contra-Reforma, pelos efeitos nocivos de seus desdobramentos como a diminuição de liberdade de criação e expressão literária muito desfavorecidas pela quase onipresença do Estado Barroco (LEFEBVRE, 1974). No dizer de Pierre Chaunu, no século 17, a Europa assiste ao triunfo dos Estados territorialmente medianos, com a inequívoca vantagem de ganhar em profundidade o que perderam em extensão. No mesmo sentido Georges Durand indaga: “De que serve adquirir uma nova província se a gente não pode se fazer obedecer naquelas que já se possui? Está aí toda a questão do absolutismo ... O absolutismo, pela lógica de seu propósito persegue a centralização” (DURAND, 1969: 14).

O *Ancien Régime* foi uma construção solidamente alicerçada sobre um sistema de representação no qual a crença em antigas mitologias políticas, com raízes culturais que remontavam à Antiguidade Clássica e à Idade Média, era um dos traços mais característicos. Isto porque o Antigo Regime foi um conjunto complexo, que continuou expressando a si mesmo, através do pensamento político, no quadro amplo de uma perspectiva cosmológica e pelo recurso de imagens simbólicas cujas origens se perdem nos séculos da Idade Média. Daí o retorno e o império absoluto na historiografia do *Grand Siècle*, do mítico e do lendário, em contraste com os avanços significativos do período anterior, proporcionados pela História dos humanistas e homens de letras da França do Renascimento.

Ao triunfo da História Sagrada, e ao retorno do rico elenco de mitos políticos da velha França, seguiu-se um período de decadência na historiografia Ocidental, uma vez que o “método” esboçado pelos humanistas franceses não teve herdeiros que o adotassem, conservando e aperfeiçoando seus critérios e exigências metodológicas. Esse retrocesso, que sem dúvida trouxe inúmeras consequências para a tradição historiográfica do Ocidente, como já se observou, marcando uma longa parada anti-historicista, coincide com um longo intervalo de turbulências políticas e sociais que sacudiram a França no curso de quase todo o século 17. Dessa forma, não parece arriscado afirmar que o empobrecimento

metodológico verificado nas obras de história dessa época sofreu a influência dessas crises e cada autor, à maneira das velhas *crônicas patrióticas*, prestará o seu contributo para o retorno da paz e da “salvação pública” do reino.

As crises de insegurança que fizeram dos séculos 16 e 17 uma “idade da inquietude” francesa, com suas guerras civis e revoltas camponesas, convocam a História a se engajar na luta pela reconstrução do Estado monárquico. O texto de História nesse tempo é um discurso sobre a realeza, encarada como centro vital da sociedade política e concebida como seu ponto de equilíbrio. A imagem do príncipe cristão, identificado com a monarquia, mais do que em qualquer outra época, constitui-se no centro da narrativa histórica. Na interpretação de Jacques Le Brun, o século 17 francês assistiu ao desabrochar de uma autêntica “idolatria monárquica” (LE BRUN, IN: BOSSUET, 1967: 25). Idolatria esta que, a exemplo de outros temas, como a discussão sobre a melhor forma de governo ou acerca das virtudes morais do soberano, migra de autor para autor numa verdadeira moda literária. Em *Les caractères ou les mœurs de ce siècle* La Bruyère destacou o impacto que provocava no meio cortesão a simples aparição do rei: “não há nada que enfeie tanto certas cortesãs como a presença do príncipe; mal consigo reconhecer seus rostos: os traços ficam alterados e a compostura se avilta. As pessoas orgulhosas e soberbas são as mais desfeitas porque são as que mais perdem do seu; quem é decente e modesto permanece na mesma: nada tem que reformar” (LA BRUYÈRE, 1890: 200).

As *Histórias da França* produzidas no *Grand Siècle* são sintomáticas dessa devoção quase sem fronteiras à realeza sagrada. Em sua *Histoire de France*, um dos historiadores de maior expressão no século 17, o padre G. Daniel reflete muito claramente esta tendência de adesão sem limites ao observar que toda a história converge para a realeza, ou seja, em direção ao príncipe virtuoso: “A História de um reino ou de uma nação tem por objeto o Príncipe e o Estado; este é o centro para onde tudo deve tender e se relacionar” (TYVAERT, 1974: 521). Referindo-se a essa mesma passagem, Roger Chartier acrescenta que “à sua maneira, todas as Histórias da França do século 17 correspondem a esse programa (quer tenham ou não sido encomendadas ou patrocinadas pelo Estado) e, por isso, se conformam às exigências do poder soberano” (CHARTIER, IN: ARIÈS, 1989: 30).

De fato, a História, ao longo do século 17, produzida por historiógrafos a soldo real, e pelos homens de letras, muitos deles

pensionários da monarquia, acabou por se transformar num eficiente instrumento de propaganda do Estado monárquico. E isto foi possível porque a História já contava com seu público, ou seja, com um número bem representativo de interessados e assíduos leitores. Como notou Pierre Chaunu, “a necessidade de leitura da História é uma necessidade que surgiu entre o final do século 16 e o princípio do século 17 como um fato de cultura totalmente autônomo da instituição escolar, um fato de cultura tão poderoso como uma vaga de fundo, espontânea” (CARBONELL, 1987: 111). Mas, esta História é predominantemente uma narrativa “desfigurada pela fábula” (Voltaire), um discurso encomiástico da dinastia capetíngia ou do príncipe reinante em sua glória: “O público exige desta História que ela seja recreativa, por conseguinte romanesca (...). Nem erudita nem filosófica, tal História é literária. Combina a inspiração cavaleiresca da Idade Média agonizante e da Renascença - proezas do herói, choque de paixões - com as receitas da retórica romana: dramatização da narração, arengas, reflexões morais...” (CARBONELL, 1987: 112).

Dentro do “projeto” de construção do Estado monárquico francês, ou melhor, no âmbito das grandes “linhas” que demarcam o seu desenvolvimento em mais ou menos cinco séculos de história, os “historiadores” assumiram papéis importantes. A função de historiógrafo sempre havia sido patrocinada desde a França medieval por reis e nobres. Cada grande casa senhorial na Idade Média sempre pôde contar com o seu historiógrafo oficial, cuja principal função era relatar feitos guerreiros e traçar árvores genealógicas de seus senhores, transformando-os em heróis dos campos de batalhas, ou mesmo aproximando-os em grau de parentesco a algum destacado personagem das mitologias clássica e cristã.

Nos séculos 16 e 17, e ainda mais no 18, o Estado amplia o número de pensões a esses profissionais. A glorificação do reino e do Príncipe mantém-se como objeto central do discurso. A realeza heróica, que com a graça divina derrota as forças desagregadoras e retoma a paz do reino, persiste como tema privilegiado. O desejo de glória, maior anseio dos príncipes da Idade Clássica, favorece a atividade dessa história literária que se alimenta preferencialmente de mitos. Numa época de afirmação de Estados, e de identidades nacionais, a ostentação de poder e prestígio impressiona tanto fora quanto no interior do reino.

Mas, há também uma face mais pragmática nas atribuições da História no *Ancien Régime*. Com a crescente amplificação das

funções do Estado monárquico, cuja máquina governamental engordou e se expandiu para as áreas mais periféricas do reino, assiste-se ao fenômeno da burocratização, o que requer, além de recursos orçamentários cada vez maiores, a existência de elemento humano com capacitação em muitas áreas da administração estatal.

É certo que existiram na França Moderna dois tipos distintos de historiadores: primeiramente, aqueles homens de letras que fazem literatura apologética, encarregada de celebrar dinastias e príncipes em exercício, os chamados historiógrafos, mantidos por pensões e gratificações do rei. A propósito destes Voltaire recorda que “Quando espanhóis e franceses fazem o catálogo das nações, não deixam de colocar seus próprios países como a primeira monarquia do mundo e seu rei como o maior rei do mundo, com a esperança de receber uma pensão quando o rei ler o livro” (VOLTAIRE, 1978: 205).

Mas, num tempo marcado por guerras internacionais, disputas de fronteiras e anexações, em que a política estrangeira requer cada vez mais homens diplomaticamente capacitados, é à categoria dos juristas eruditos que o Estado irá recorrer. Serão esses os principais responsáveis pela cultura histórica e formação política de príncipes e dos altos servidores da monarquia, ainda que não exclusivamente.

Bossuet e La Bruyère, por exemplo, foram preceptores de príncipes, sem serem necessariamente versados em leis. O primeiro, contudo, pertencia a uma antiga família de magistrados provinciais, sendo que o autor de *Les caractères* não era mais que um humilde plebeu. Entretanto, os requisitos que lhes faltavam foram largamente compensados pela grande inteligência e vasto talento na arte das letras e da oratória.

Aliás, as sociedades do Antigo Regime não interdavam de forma completa as possibilidades de ascensão social, desde que o indivíduo conseguisse preencher com nível de excelência uma determinada virtude pessoal, para contrabalançar um outro requisito que lhe faltava, sem que ele pudesse encontrar para este caso os meios de sua remediação. Em outras palavras, se um indivíduo é possuidor de poucos atributos físicos, pode compensar essa falha por meio de uma linguagem impecável, ou por uma educação *très raffinée* (cf. BEHRENS, s.d.).

Difícilmente, em qualquer tempo, a História foi tão refém do poder. Em qualquer um dos gêneros que conheceu no Antigo Regime, a História não escapou do cativo das lições morais e

das máximas políticas, até porque sua principal função, na época, era pedagógica: instruir os homens que conduzem a nação, porque as grandes causas se repetem e a esses cabe, até certo ponto, uma determinada previsão dos fatos. O prestígio da monarquia francesa, entre os demais Estados europeus está, dessa maneira, ligado à História, concebida como *Magistra vitae*: “compreende-se assim, melhor, a vocação política da História e porque a História permaneceu por muito tempo ligada aos assuntos políticos, às versões das guerras e conquistas: desde os primeiros relatos faraônicos até o século 19, durante vários milênios” (ARIÈS, 1989: 91).

E o tema político por excelência é o do monarca de direito divino. Com efeito, desde os primeiros reis carolíngios se fundou na França uma forte tradição monarquista, marcada em certos contextos por sucessivos declínios e ascensões de poder e prestígio. O mito fundador de uma realeza sagrada, bafejada em seu berço pela Providência, na forma de um óleo santo trazido do espaço misterioso por uma pomba, está na raiz do fascínio exercido na França por seus reis. Como recorda Philippe Ariès, a historiografia francesa sempre esteve marcada pelo mito régio, que, enfraquecido em determinadas épocas, como no contexto das lutas religiosas, ressurge triunfal das próprias cinzas. Ernst Kantorowicz já havia observado que a realeza em França fora simbolizada por uma fênix, para ilustrar a máxima de que o rei nunca morre (cf. KANTOROWICZ, 1985).

Assim sendo, é natural que a realeza persista sendo celebrada no *Grand Siècle*, e até no Século das Luzes, como uma liturgia sacro-política, por parte de historiógrafos e escritores políticos. A temática do rei-deus, imagem recorrente na *Politique* de Bossuet, havia se tornado bem pouco original na literatura política francesa do século 17.

Outro lugar-comum, tanto nas obras de História quanto nas de reflexão política, é o tema do “amor e temor ao rei”, que deve ser tanto maior quanto mais o príncipe cristão se assemelhe à imagem de Deus, em termos de reunir virtudes que o aproximem da perfeição ética e moral (cf. BERMEJO-CABRERO, 1957). Para Bossuet, por exemplo, há uma “atração natural dos povos por seus príncipes” da qual nascem disputas acirradas entre aqueles que querem servir melhor a seu rei:

Todos querem possuir o rei; cada um, apaixonado por ele, inveja aos outros a glória de o possuir: chega-se à sedição

se o príncipe, que é com efeito um bem público, não se entrega igualmente a todos. Há uma magia para os súditos na visão do príncipe; e nada lhe é mais fácil que se fazer amar com paixão.(...)A chuva, que vem então refrescar a terra ressecada pelo ardor do dia ou do verão, não é mais agradável que um príncipe, que tempera sua autoridade pela ternura; e seu rosto reconforta a todos quando ele é sereno. (BOSSUET, 1967: 89).

Esse fascínio pelo “primaz da política” (Roger Chartier) foi descrito de forma mais divertida pelo memorialista de costumes Jean de La Bruyère: “Quem considerar que o rosto do príncipe faz a felicidade do cortesão, que se preocupa e se contenta, durante toda sua vida, em vê-lo e ser visto por ele, compreenderá um pouco como ver Deus pode fazer toda a glória e toda a felicidade dos santos” (LA BRUYÈRE, 1890: 227).

No dizer de Ernst Kantorowicz, na Inglaterra do século 16, a realza ainda era um “hieróglifo cripto-teológico”. Este enfoque talvez seja até muito mais válido para a realza francesa durante quase todo o *Ancien Régime*, exceção feita aos últimos tempos desse período, na fase mais aguda da burocratização do Estado monárquico ocorrida a partir de fins do reinado de Luís 14.

De acordo com Ernst Cassirer, a lenta e progressiva perda de transcendência da esfera política, processo iniciado com os juristas dos séculos 12 e 13, em seus combates teóricos contra a tutela teológica no pensamento político medieval, só se fará sentir de forma mais contundente no início do século 18 (cf. CASSIRER, 1961). De fato, no início do Século das Luzes, boa parte dos cerimoniais monárquicos havia se revelado uma liturgia política vazia de sentido simbólico, sem a mesma penetração e o mesmo prestígio que possuía em outros tempos. Mutações importantes já haviam ocorrido nos cerimoniais reais desde o advento de Luís 13, no início do século 17, mais precisamente em 1610, na seqüência da morte do fundador da dinastia bourbônica.

Ao inaugurar o reinado de Luís 13 com um *Lit de justice* - reunião especial do Parlamento, cujo cerimonial se desenvolvia no sentido de afirmar a dignidade do rei sobre os parlamentares, e que marcava o primeiro ato público de um príncipe em exercício, logo após a morte de Henrique 4º, mesmo antes da sagração -, Maria de Médicis e os mestres de cerimônias do início do século 17 acabaram por dar um golpe no protocolo sucessorial, obscurecendo pela primeira vez o sentido simbólico dos

cerimoniais da realeza: “Nenhum rei de França jamais teve *Lit de Justice* antes de seu coroamento, desde a primeira reunião em 1527. Os reis de França não apareciam em público desde duzentos e cinquenta anos senão após os funerais de seu predecessor.(...) O *Lit de Justice* inaugural de 1610, quaisquer que tenham sido seus objetivos precisos à sua origem, parece ter subvertido todos os precedentes: é porque se diz que 1610 constituiu uma ‘crise do cerimonial’” (BONNEY, 1989, pp.37-38).

Este golpe no cerimonial monárquico implicou em um certo esvaziamento do simbolismo religioso dos funerais reais, como das outras cerimônias, por extensão, porque a partir de Luís 13 não é o sepultamento do rei que marca o fim do interregno, mas a morte do monarca. Nesse sentido, a transmissão de poderes é imediata. Tal episódio tinha se verificado poucas vezes na história da França, e em condições muito especiais. Este é particularmente o caso de Luís 9º, que havia morrido na África durante uma cruzada. Distante o cadáver do rei para a execução do protocolo funerário, seu sucessor assumiu prontamente. Como afirma Emmanuel Le Roy Ladurie, com o advento de Luís 13, “... o novo príncipe como sol ou fênix, emerge em sua realeza, sem esperar, nos minutos que seguem a passagem de seu genitor ou de seu ascendente” (LE ROY LADURIE, IN: MÉCHOULAN, 1985: 11).

Conforme demonstra a tese de Jean-Marie Apostolidès, a unidade de liderança de Luís 14 passou a ser insuficiente para controlar todas aquelas funções mais importantes do aparelho de Estado. Isto porque as primeiras décadas do século 17 assistiram a um alargamento de funções sem precedentes na história do Estado monárquico francês (APOSTOLIDÈS, 1987). A solução abraçada pelo Grande Rei e, na seqüência, por Luís 15, foi a coordenação setorial, sem mais a presença efetiva do rei para deliberar sobre tudo. Pelo aumento das dimensões e complexidade da máquina governamental, o rei deixa de ser o seu único “maquinista”. Diga-se de passagem que esta tese não é recente, e já é bem explorada por autores como René Rémond, C.B.A. Behrens e Joel Cornette, dentre outros. A novidade de Apostolidès está muito mais, ao que parece, na forma de abordagem da história política e no emprego de certas expressões como “rei-máquina”.

O velho estilo literário medieval dos *espelhos de príncipes*, adaptado e aprimorado como esquema historiográfico ao longo do Antigo Regime, foi o “fio metodológico” condutor de inúmeras Histórias da França produzidas no século 17. Ao lado do

catecismo do príncipe virtuoso, para guiá-lo no caminho reto rumo à salvação pública, há uma valorização da realeza como centro sagrado, como ponto de equilíbrio e princípio organizador da sociedade política. O *Grand Siècle* assistiu ao triunfo da pedagogia real na historiografia, ao retorno e rejuvenescimento dos *miroir des princes*, juntamente com uma semi-divinização da realeza. Para Georges Durand, estas perspectivas convergem vigorosamente "... porque tudo depende do príncipe como único detentor da autoridade" (DURAND, 1969: 03).

A História não pôde escapar a este império do príncipe. Com efeito, o *Ancien Régime* produziu uma cascata interminável de textos políticos e históricos, cujo núcleo temático é a monarquia, personalizada pela realeza sagrada. Entre obras de até 30 páginas e trabalhos menores, considerados na categoria de panfletos, a *Bibliothèque Nationale* reúne cerca de 7500 títulos, que vão de 1610 a 1715 (MÉCHOULAN, 1985); curiosamente, esse volume assustador de textos foi dado à luz ao longo de apenas dois reinados, os de Luís 13 e Luís 14. E o que dizer das obras sobre a realeza anteriores e posteriores a esses dois príncipes!?

No Antigo Regime, os historiógrafos se encontram diante de um espaço institucional limitado. O número de cargos é pequeno e a nomeação de um profissional, a ser remunerado com uma pensão da monarquia, sempre passa pela interferência pessoal do rei: "a História nos Tempos Modernos (...) carecia de um posto. Assim foi até a Revolução Francesa, e inclusive depois" (LEFEBVRE, 1974: 20). Dessa maneira, é compreensível que os textos de História estejam tão orientados pelo Estado.

O Estado absolutista francês instala-se no topo de uma complexa pirâmide de hierarquias sociais. Se em sua "política estrangeira" não admite nenhuma potência acima de si mesmo, no interior do reino sufoca qualquer discurso que seja desfavorável à propaganda monárquica; propaganda sem tréguas estendida até aos campos de batalha. Conforme registra Voltaire, na guerra da Holanda, Luís 14 faz-se acompanhar por seu "marketeiro" oficial, o historiógrafo Pelisson: "o rei, com todas estas vantagens, seguro de sua sorte e de sua glória, levava consigo um historiador que devia descrever suas vitórias" (VOLTAIRE, 1954: 96).

Refira-se de passagem que os detratores de Luís 14, não conseguindo a publicação de seus textos na França, editavam na Bélgica, Holanda e cidades alemãs, de onde as obras faziam um percurso inverso. Este fenômeno acabou por marcar algumas

desventuras nas pretensões de se construir uma imagem ilibada do Rei-Sol. Como lembra Nicole Ferrier-Caverivière, dentro da própria França, alguns autores também conseguiram furar o bloqueio sufocante da propaganda real. Esta historiadora da literatura cita o caso paradigmático do Abade de Saint-Pierre, membro da Academia Francesa, que por criticar abertamente a Luís Augusto, foi afastado de sua cadeira (FERRIER-CAVERIVIÈRE, 1981).

Inegavelmente, os modelos de História existentes no século 17, entre os quais se encontram crônicas universais, histórias patrióticas, biografias e memórias, quase sempre são discursos “engagés”, cujo tom predominantemente lealista e patriótico milita num sentido desprovido de ambigüidades: a afirmação da identidade nacional ancorada num passado mítico, que fez da coroa da França a primeira da cristandade.

Como afirma Roger Chartier, esse esquema historiográfico leva inequivocamente ao “alistamento da História a serviço da glória monárquica e da exaltação do Príncipe” (CHARTIER, IN: ARIÈS, 1989: 29). Para Philippe Ariès, no mesmo sentido, “a História da França tem por objetivo honrar a França e seus reis. (...) A História da França responde a uma forma particular de patriotismo que foi a do Antigo Regime” (ARIÈS, 1989, pp.145-146); patriotismo esse entendido dentro dos valores da formação cultural do contexto, na qual se destaca a glória militar do príncipe e a reputação das armadas do reino. Fato curioso, na arte da guerra do *Ancien Régime*, as forças militares, em fins do século 17, não deflagravam combates enquanto não se encontrassem em posição adequada nos campos de batalha, posição essa que assegurasse a elegância de gestos calculados de pelotões formados essencialmente por nobres.

Ao longo de três séculos o Estado monárquico administrou com competência a memória do reino, a ponto de fazer da História, na segunda metade do século 17, uma História imediata, no sentido de um pragmatismo amplo e irrestrito. Nicole Ferrier-Caverivière demonstrou como a imagem absorvente de Luís 14 aprofundou esta relação de comando e subserviência a um nível inconcebível em qualquer Estado europeu da Época Moderna (FERRIER-CARRERIVIÈRE, 1981). Esse império da realeza solar sobre a memória foi tão avassalador a ponto de se falar na elaboração do primeiro *marketing* político do Ocidente (cf. BURKE, 1994). Como diz o historiador português Rui Bebiano,

Todo monarca é uma 'vedete'. Colocado, pela sua condição, pelo seu temperamento, pelo sistema político e social de que é centro e emblema, na convergência de todas as atenções, contrói uma imagem, lança modas, orienta uma certa modalidade do imaginário social... Situado num local privilegiado, procura dar-se a ver numa postura que realce a intangibilidade dessa posição. Paradigmático em relação a esta constatação é o corpo, físico e simbólico do rei, pensado e olhado na configuração solar... A imagem solar é então proa da panóplia de símbolos que todas civilizações foram erguendo. O sol foi, desde sempre, objecto de uma reverência sagrada que a todo o momento o liga a sucessivas referências de carácter simbólico. A luz e o calor que dele emanam constituem elementos óbvios que apelam a constantes associações: o calor é o emblema da fecundidade, do bem-estar e da prosperidade, a luz representa o incessante triunfo do dia sobre a noite, da claridade sobre as trevas (BEBIANO, 1986, pp.111-112).

A realeza solar é entendida acima como o mito de Luís o Grande, ou seja, como a imagem intangível do monarca. Entretanto, é preciso lembrar que o símbolo solar esteve associado à realeza francesa desde a Idade Média. Os huguenotes franceses da época do Edito de Nantes representam um Luís 14 na forma de um sol encapuzado, metáfora da extinção da luz no reino (HATTON, 1971: 120).

No Século das Luzes, a História adquiriu algumas novas faces. Mas, no essencial, manteve-se como uma História Política ainda muito engajada. Georges Lefebvre assinalou que a característica predominante da historiografia, do Renascimento ao século 18, foi a de ter servido como meio para fazer o elogio da nação numa época de afirmação dos Estados (LEFEBVRE, 1974). Entretanto, a ruína dessa tendência, como modelo dominante, vinha sendo preparada lenta e esparsamente, como ocorre com qualquer outro fenómeno de cultura, por força do movimento natural das idéias.

Na Época da Ilustração, a História irá anexar pouco a pouco departamentos até então inexplorados ou sequer pressentidos pelos "especialistas" da área. Verifica-se, nesse período, uma notável oscilação no domínio da História, cujo eco se fará sentir no século 19. Por influxo de "metodólogos" da História, como Voltaire, muitos temas de interesse para a pesquisa histórica, mas até então sequer cogitados pelo círculo restrito dos discípulos

de Clio, ganham dignidade historiográfica. Metodologicamente falando, Voltaire será o fundador, ao mesmo tempo que o responsável pela irradiação de uma História renovada. Como observou Charles-Olivier Carbonell, a contribuição do autor de *O Século de Luís 14* para o aparecimento de uma nova História foi de uma “singular modernidade”: “Singular modernidade de um projeto que será designadamente sustentado pelo seu autor no Século de Luís 14 (...) e no Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações. História cultural e história universal são conquistas do século 18” (CARBONELL, 1987: 109).

Tal oscilação historiográfica, ocorrida a partir de um refinamento de enfoque, foi enriquecida pelo emprego sistemático da erudição, de uma quase hiper crítica das fontes. Contudo, “mitos e mitologias políticas” (GIRARDET, 1987) da velha França ainda perpassam a historiografia de quase todo o século 18: os mitos de Francion, filho de Heitor, ligado à idéia de uma origem troiana dos franceses antigos, e do reino do lendário Pharamond - primeiro rei dos francos sálios - como o berço da história da França, persistem em alguns autores de menor expressão como elos bastante fracos dos livros de História do século 17. Servidora subserviente da realeza no Antigo Regime, a História foi por esta época meio eficiente de manipulação da memória ao serviço do poder real; dessa forma, enraíza, a realeza num espaço mítico e sagrado.

A velha História Política no gênero *Magistra vitae* experimenta algumas rudes desventuras no Século das Luzes, mas não estava completamente morta. Apesar de Voltaire ter ampliado o questionário da História, expressando o desejo de conhecer “a história dos homens em lugar de se saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes” (cit. IN: CARBONELL: 109), a História mantém-se como um discurso sobre o Estado, como elogio de “cabeças coroadas”, como ele mesmo gostava de se expressar.

O profissional da História continua fazendo homenagens obrigadas, até porque sua posição ocupacional mantém-se muito moveidiga, dependendo da simpatia e das pensões dos príncipes. Apesar de uma certa expansão no setor - e o próprio Voltaire ocupou o cargo de historiógrafo de Luís 15 - ainda há pouco espaço para os artesãos da “oficina da História”, para utilizar uma expressão de François Furet.

As transformações conhecidas pela História Política ao longo do século 18 serão importantes, mas seus efeitos benéficos se

farão sentir de forma consistente ainda muito tempo depois. As histórias-batalhas, as linhagens de reis e homens de Estado formarão por um longo tempo a galeria mais prestigiada pelos cultores da disciplina. Até mesmo Voltaire não escapou da sedução dos grandes homens. Seu monumental *O século de Luís 14* é quase todo ele um Luís 14 no século, principalmente quando exprime numa de suas cartas a Millorde Harvey que muitas e grandes obras foram feitas em seu reinado e era ele mesmo quem as fazia. Até mesmo nas obras históricas de Voltaire, a presença do Rei na narrativa é um desfile de hipérboles:

Nenhum dos exagerados censores de Luís 14 deixará de convir que foi (...) o único poderoso, o único magnífico, o único grande, em quase todas as ordens. Porque, ainda que houvessem heróis como J. Sobieski e reis de Suécia, que o eclipsaram como guerreiro, nada o eclipsou como monarca. É preciso confessar também que suportou e remediou suas desgraças. Teve defeitos, cometeu grandes erros; mas, os que o condenam o igualariam se tivessem em seu lugar? (VOLTAIRE, 1954: 305).

Uma síntese do monarca em triunfo sobre a própria história encontra-se em outra parte de sua obra: "... suas grandes qualidades e suas ações postas junto a seus erros têm inclinado a seu favor o fiel da balança. O tempo, que faz amadurecer as opiniões dos homens, tem consagrado sua reputação; e apesar de tudo o que se tem escrito contra ele, não se pronunciará nunca seu nome sem respeito e sem unir a ele a idéia de um século eternamente memorável" (VOLTAIRE, 1954: 305).

Para o filósofo iluminista, Luís 14 é um déspota esclarecido "avant la lettre", um incentivador das letras e das artes sem paralelo na história da Europa Moderna, o que explica tanta atenção dada a um só homem: "chamei a este século o de Luís 14, não somente porque esse monarca protegeu as artes muito mais que todos os reis seus contemporâneos juntos, mas porque também viu renovar três vezes todas as gerações de príncipes da Europa (...) Com efeito, foi em dito espaço de tempo que o espírito humano realizou os maiores progressos (VOLTAIRE, 1954: 378).

O mesmo emprego utilitário da História, em suas relações com o poder, pode partir de concepções completamente afastadas tanto no tempo quanto no plano teórico. Nesse sentido, muita razão parece ter Georges Lefebvre ao afirmar que "... Bossuet escreveu *ad usum Delphine* seu *Discurso sobre a História Universal* (...), e Voltaire não deixou de pensar, ao escrever seus Livros de História, no "déspota esclarecido", o príncipe filósofo por quem pronunciava seus anseios" (LEFEBVRE, 1974: 17). Desse modo, Voltaire foi também um hegeliano, "avant la lettre", é claro. Seu fascínio por Luís 14 reside no fato de que foi este príncipe-mecenas, mais que qualquer outro em toda a história da França, que levou a bom termo a imensa tarefa de erguer os pilares do Estado monárquico sobre os nefastos particularismos medievais, sinônimos de decadência e barbárie.

Duas correntes de História Política se destacam na fixação dos esquemas historiográficos dominantes sobre o Estado monárquico do *Ancien Régime* no século 19: a vertente liberal-republicana e a escola conservadora e aristocrática da Restauração. As matrizes dessas visões tão díspares podem ser buscadas em Voltaire, e talvez no memorialista de corte Saint-Simon. Para Charles-Olivier Carbonell "as paixões políticas alimentam-se de recordações contraditórias surgidas de um passado recriado. Vencedores, os tradicionalistas têm apenas o sonho de o restaurar. Não só o trono e os privilégios mas também os monumentos e os tempos áureos da monarquia" (CARBONELL, 1987: 117).

O duque de Saint-Simon não exerceu qualquer influência no século 18. Sua extensa obra, que os especialistas destacam pela elegância literária tanto quanto pelo sentimento aristocrático, só foi descoberta no século 19. Para Saint-Simon, o Estado monárquico desencadeou a dissolução das autonomias provinciais, o que não seria tão negativo se a monarquia não tivesse reduzido a nobreza ao servilismo, constituindo a fase luiscatorziana no "longo reino da vil burguesia".

Apesar das aparências, não há nada em Saint-Simon que exprima um sentimento anti-monárquico. Ao lado de suas *Mémoires*, figura um *Parallèle des trois rois Bourbons*, repleto de sincera devoção pessoal e familiar a Henrique 4º e Luís 13. Sua incompreensão era para com Luís 14, a quem classificava como um "espírito abaixo de medíocre". Inúmeras outras crônicas e memórias foram alinhadas pela História conservadora, para fazer coro aos textos saint-simonianos no século 19. Philippe Ariès considera a propósito que "... é nessas clássicas *Histórias da*

França escritas no Antigo Regime que se encontra o repertório de todas as anedotas destinadas a alimentar as polêmicas monarquistas e republicanas nos séculos 19 e 20” (ARIÈS, 1989: 162).

Segundo Philippe Ariès, a historiografia conservadora do século 19, alimentada por fontes literárias como os memorialistas aristocratas e os historiógrafos a soldo real, “expressa a lenda da monarquia perdida.” Para este autor, as “imagens monarquistas” refletem uma profunda saudade e como que uma nostalgia da França do Antigo Regime, constituindo-se numa recorrência ainda muito marcante até os anos 1920 no círculo da *Action Française*, círculo de católicos conservadores que defendiam uma nova restauração. As obras de historiadores monarquistas como Jacques Bainville e Pierre Gaxotte, as duas maiores expressões da chamada “escola capetiana do século 20”, sempre militaram no sentido de uma reabilitação da monarquia.

Apesar do primeiro posto, indiscutivelmente ocupado pela História Política, o século 19 foi uma época mais fecunda em tendências. Até mesmo os séculos 17 e 18 haviam se revelado criativos na elaboração de gêneros históricos maiores e menores como as Histórias da França, a História dos povos exóticos do Novo Mundo e do Oriente - com a moda do orientalismo que influenciou obras importantes como as *Lettres Persanes*, de Montesquieu, e o *Zadig*, de Voltaire -, além das memórias e diários que fizeram época no Século das Luzes.

Da mesma forma, a historiografia francesa do século passado não é um tecido contínuo e uniforme. A dizer verdade, as costuras e emendas foram feitas em tantos pontos e direções, a ponto de se ter alcançado um xadrez rico em tonalidades. Convivendo quase ao mesmo tempo, há a História “total” de Michelet, com suas raízes voltaireanas: a História Política tem um posto garantido, mas abre-se um espaço maior para a religião e as crenças, as artes e as idéias. Até o povo eleva-se à dignidade de tema histórico, introduzido por Michelet no universo das preocupações da História, que deveria focar todas as manifestações de uma nação, concebida romanticamente como uma “ressurreição integral do passado”.

Há também uma História universitária, marcada pelo mito da objetividade científica, à moda da clássica máxima rankeana: “como as coisas se passaram exatamente”. Estendida às primeiras décadas do século 20, foi esta História Política e Institucional, esta História sem problemas, esta “História historicizante de pernas

curtas”, que entrou na principal linha de fogo da artilharia de Lucien Febvre.

Existiu ainda uma História Política surgida nos meios liberais e conservadores, que no debate político, define as duas tendências predominantes na historiografia do século 19: a volta ao passado e os pés firmes no presente. A “escola liberal”, a qual se vinculam nomes como Jules Michelet, Adolphe Thiers, François Guizot e Augustin Thierry, coube o enfrentamento com as novas e às vezes estranhas recorrências do Antigo Regime, fazendo recordar à aristocracia empedernida e aos “sebastianistas monárquicos” do tempo que a Revolução Francesa nasceu exatamente por força dos “velhos e bons tempos” da monarquia absolutista.

Georges Lefebvre aponta como a História conservadora do século 19 na França foi despertada pela curiosidade em torno da Revolução Francesa, construindo-se como uma reação política e religiosa à nova realidade nacional. Como recorda Charles-Olivier Carbonell, estes bafejos do passado foram sentidos e encontraram resposta por parte da História liberal, tendência predominante de todo o período:

Se é liberal, [o historiador] busca no passado advertências e modelos. Thiers e Mignet, que publicam os dois uma História da Revolução Francesa com um ano de intervalo (1823 e 1824), advertem os ultra-realistas demonstrando-lhes que as revoluções nascem e alastram por culpa daqueles que se opõem às liberdades essenciais; Guizot (...) dizia aos seus ouvintes: «os burgueses, desse tempo (trata-se do século 14), senhores, tinham sempre a cota de malha no peito e a lança na mão». (CARBONELL, 1987: 118).

Concebido historiograficamente, o século 19 foi um século de combates. Toda a historiografia que realça o papel criativo do Estado monárquico, no sentido de ter atuado como agente modelador da nova ordem liberal-burguesa, é herdeira do Iluminismo por via direta. Em seu *O século de Luís 14*, publicado no início da segunda metade do século 18, mais precisamente em 1751, Voltaire enfatizara a grande missão histórica do Estado monárquico: a superação da barbárie feudal transformada pela monarquia em “escombros de um edifício gótico em ruínas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève, Droz, 1967. (Edition critique avec introduction et notes par Jacques le Brun).
- _____. *Discours sur l'histoire Universelle. A Monseigneur le Dauphin*. Paris, Flammarion, s/d.
- LA BRUYÈRE, Jean de. *Les caractères ou les moeurs de ce siècle*. Paris, Hachette, 1890. (Publiés avec *Discours sur Théophraste suivis du Discours à l'Académie Française*. Notes de G. Servois et A. Rébelliau).
- LOUIS 14. *Mémoires*. Paris, Le livre club du libraire, 1960. (Avec introduction par Jean Longnon).
- RICHELIEU. "Testament politique". IN: *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*. Paris, Plon, 1933. (Avec introduction et des notes par Roger Gaucheron).
- VOLTAIRE. *Cartas inglesas e Dicionário filosófico*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).
- BLOCH, M. *Les rois thaumaturges*. Strasbourg, Librairie ISTR, 1924. (Há trad. Bras. Cia. das Letras, 1993).
- BLUCHE, F. *Louis 14*. Paris, Arthème Fayard, 1986.
- _____. *L'Ancien Régime: institutions et société*. Paris, Éditions de Fallois, 1993.
- BOUREAU, A. "Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique". IN: *ANNALES ESC*. Paris, n.06, 1991.
- BOUTHOUL, G. *Sociologia da Política*. São Paulo, DIFEL, 1967.
- BRYANT, L. M. "La cérémonie de l'entrée à Paris au Moyen Age". IN: *ANNALES ESC*. Paris, n.03, 1986.
- BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- CHARTIER, R. *A História cultural entre práticas e representações*. São Paulo, DIFEL, 1990.
- CHAUNU, P. *A História como ciência social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____. *A civilização da Europa Clássica*. Lisboa, Estampa, 1987. 2 vols.

- COHN, Norman. *Europe's Inner Demons. An enquiry inspired by the great witch-hunt*. London, Chatto, 1975.
- DUPRONT, A. "Problèmes et méthodes d'une histoire de la psychologie collective". IN: **ANNALES ESC**. Paris, n.02, 1965.
- DURAND, G. *Etats et institutions. 16-17e siècles*. Paris, Armand Colin, 1969.
- ELIADE, M. *Lo sagrado y lo profano*. Madrid, Guadarrama, 1970.
- ELIAS, N. *La société de cour*. Paris, Flammarion, 1985.
- _____. *O processo civilizacional*. Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- FERRIER-CAVERIVIÈRE, N. *L'image de Louis 14 dans la littérature française de 1660 à 1715*. Paris, PUF, 1981.
- _____. *Le Grand Roi à l'aube des lumières (1715-1751)*. Paris, PUF, 1985.
- FRAZER, J. *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- GIESEY, R. "Modèles de pouvoir dans le rites royaux en France". IN: **ANNALES ESC**. Paris, n.03, 1986.
- _____. *Le roi ne meurt jamais*. Paris, Arthaud-Flammarion, 1987.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOUBERT, P. "L'ancienne société d'ordres: verbiage ou réalité?". IN:— *Clio parmi les hommes*. Paris, E.H.E.S.S., 1976.
- GUNNEL, J. *Teoria política*. Brasília, EUB, 1981.
- HUPPERT, G. *L'idée de l'Histoire parfaite*. Paris, Flammarion, 1973.
- JULLIARD, J. "A política". IN: Jacques LE GOFF e Pierre NORA. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- KANTOROWICZ, Ernst. "Secretos de Estado (Un concepto absolutista y sus tardios orígenes medievales)". **ESTUDIOS POLÍTICOS**, Madrid, n°. 104, 1959.
- _____. *Mourir pour la patrie*. Paris, PUF, 1984.
- _____. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*. Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- LE GOFF, J. "Notas sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na cristandade do século IX ao XII". IN:— *Para um novo conceito da Idade Média*. Lisboa, Estampa, 1980.
- LE GOFF, J. et alii. *A nova História*. Coimbra, Almedina, 1990.

- _____. et alii. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- LE ROYLADURIE, E. "Système de la cour". (Versalhes vers 1709). IN: *L'ARC*. Marseille, n.85, 1976.
- _____. "Robert Mandrou". IN: *ANNALES ESC*. Paris, Jan.- Mar., 1985.
- MADDEN, Sarah Hanley. "L'idéologie constitutionnelle en France: le Lit de Justice". *ANNALES ESC*, n°.01, 1982.
- _____. *Le lit de justice des rois de France*, Paris, PUF, 1991.
- MANDROU, R. *Introducción a la Francia Moderna (1500-1640)*. *Ensayo de psicología histórica*. México, UTEHA, 1969.
- _____. *Louis 14 en son temps*. Paris, Armand Colin, 1973.
- _____. *La raison du prince*. Paris, Marabout, 1978.
- MÉCHOULAN, H. (org.) *L'État Baroque (1610-1652)*. Paris, J. Vrin, 1985.
- MOUSNIER, R. "Problèmes de méthode dans l'étude des structures sociales des 16e, 17e et 18e siècles". IN: *REVUE HISTORIQUE*. Paris, n.03, 1964.
- _____. "La formation des rois du 17e siècle. IN: *Les institutions de la France sous la monarchie absolue*. Paris, PUF, 1972. vol.2.
- _____. "Les concepts "d'ordres", "d'états", de "fidélité" et de "monarchie absolue" en France de le fin du 15e siècle à la fin du 17e". IN: *REVUE HISTORIQUE*. Paris, n.02, 1972.
- _____. *La monarquía absoluta en Europa: del siglo V a nuestros días*. Madrid, Taurus, 1986.
- _____. *Monarchies et royautés. De la préhistoire à nous jours*. Paris, Perrin, 1989.
- MUCHEMBLED, R. *Le temps des supplices. De l'obéissance sous les rois absolus*. Paris, Arthème Fayard, 1991.
- _____. *Sociétés, cultures et mentalités dans la France Moderne*. Paris, Armand Colin, 1994.
- PRÉLOT, M. *As doutrinas políticas*. Lisboa, Presença, 1974. vols. 1.
- RÉMOND, R. (org.) *Pour une Histoire Politique*. Paris, Seuil, 1988.
- ROGER, J. *Panorama illustré du 17e siècle. Le Grand Siècle*. Paris, Seghers, 1962.
- SKINNER, Q. *Los fundamentos del pensamiento político*

- moderno*. México, Fondo de Cultura Economica, 1984. vol. I.
- STONE, L. *Les causes de la révolution anglaise*. Paris, Flammarion, 1974.
- TOUCHARD, J. (org.) *História das idéias políticas*. Lisboa, Presença, 1976, vol. 01.
- TRUC, G. *Educações des princes*. Paris, Editions de Fontenelle, 1947.
- TYVAERT, M. "L'image du roi. Légitimité et moralité royales dans les histoires de France au 17^e siècle". IN: **REVUE de HISTOIRE MODERNE et CONTEMPORAINE**. Paris, n.21, 1974.

